

8 – PROPOSTA “ÓLEOS ALIMENTARES USADOS”:

Do Sr. Vereador da Área do Ambiente submetendo à consideração do Executivo com vista à Assembleia Municipal, proposta relativa a transferência de responsabilidade de recolha de Óleos Alimentares Usados.

Tem informação circunstanciada da DMGAP-DSJC.

DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO, ADMINISTRATIVA E PROSPETIVA**Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso****DOCUMENTO Nº GERES/1787/2017****Assunto: ÓLEOS ALIMENTARES USADOS - BRAVAL****Autora:** Elisa Cunha Coelho**Data:** 2017/08/07**PEDIDO**

25/07/2017: PROPOSTA DO SR. VEREADOR DO AMBIENTE – ENGº ALTINO BESSA DIRIGIDA AO SR. PRESIDENTE DO MUNICÍPIO: *“Um resíduo que cria sérios problemas, quando lançado na rede de saneamento, são os óleos alimentares usados (OAU) mas que, quando devidamente recolhidos e encaminhados, passam a constituir um recurso, nomeadamente para produção de biodiesel. Assim, o Dr. Pedro Machado remeteu à CMB uma solicitação no sentido de ser feita a transferência de responsabilidade de recolha de OUA do município para a Braval (de que junto documentação). Se após leitura e análise, concordar, envie, por favor, para Reunião de Câmara para aprovação de forma a prosseguir para Assembleia Municipal.”*

17/07/2017: “À DSJC para informar”

APRECIÇÃO**Óleos Alimentares Usados**

O Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29 de setembro, estabelece o **Regime Jurídico da Gestão de Óleos Alimentares Usados (OAU)**, produzidos pelos sectores industrial, da hotelaria e restauração (HORECA) e doméstico, excluindo-se do âmbito da sua aplicação os resíduos da utilização das gorduras alimentares animais e vegetais, das margarinas e dos cremes para barrar e do azeite definidos nos termos do Decreto-Lei n.º 32/94, de 5 de Fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 106/2005, de 29 de Junho.

O Decreto-Lei cria um conjunto de normas que visam quer a implementação de circuitos de recolha seletiva, o seu correto transporte, tratamento e valorização, por operadores devidamente licenciados para o efeito, quer a rastreabilidade e quantificação de OAU.

É conferido especial enfoque à recolha de OAU no sector doméstico, atribuindo um papel de relevo aos municípios e estabelecendo objetivos concretos para a constituição de redes municipais de recolha seletiva. Esta orientação permite potenciar sinergias entre a recolha de OAU com as de outros fluxos de resíduos provenientes dos sectores doméstico e HORECA.

Pese embora a importante intervenção dos municípios, o regime jurídico em causa assenta na coresponsabilização e no envolvimento de todos os intervenientes no ciclo de vida dos óleos alimentares, como são os casos dos consumidores, dos produtores de óleos alimentares, dos operadores da distribuição, dos produtores de OAU e dos operadores de gestão.

O regime jurídico a que fica sujeita a gestão de óleos novos e óleos usados encontra-se estabelecido pelo **Decreto-Lei n.º 153/2003, de 11 de julho**, alterado pelo Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho que transpõe para o direito nacional a Diretiva n.º 2008/98/CE Parlamento Europeu e do Conselho.

O diploma legal 153/2003, de 11 de julho, na sua atual redação, estabelece um conjunto de normas de gestão que visa a criação de circuitos de recolha seletiva de óleos usados, o seu correto transporte, armazenagem, tratamento e valorização, e nesta última atividade dando especial relevância à regeneração.

O que se entende por óleos usados? Na aceção da alínea b) do artigo 2.º, do Decreto-lei n.º 153/2003, de 11 de julho, conforme alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, define-se óleos usados como quaisquer lubrificantes, minerais ou sintéticos, ou óleos industriais que se

tenham tornado impróprios para o uso a que estavam inicialmente destinados, tais como os óleos usados dos motores de combustão e dos sistemas de transmissão, os óleos lubrificantes usados e os óleos usados para turbinas e sistemas hidráulicos.

A legislação:

Decreto-Lei nº 153/2003 de 11 de Julho

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1º

Objeto e âmbito

1 — O presente diploma **estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de óleos novos e óleos usados**, assumindo como objetivo prioritário a prevenção da produção, em quantidade e nocividade, desses resíduos, seguida da regeneração e de outras formas de reciclagem e de valorização.

2 — À exceção do disposto no nº 3 do artigo 19º, excluem-se do âmbito de aplicação deste diploma os óleos usados contendo PCB, abrangidos pelo Decreto-Lei nº 277/99, de 23 de Julho.

Artigo 16º

Recolha/transporte

1 — A atividade de recolha/transporte de óleos usados só pode ser realizada por operadores¹ com número de registo atribuído pelo Instituto dos Resíduos, o qual só será concedido mediante comprovação da adequabilidade dos meios envolvidos, nomeadamente com vista à proteção da saúde e do ambiente.

¹ - Operadores de gestão de resíduos:

“f) «Operador de gestão de resíduos» a pessoa singular ou colectiva que executa uma ou mais operações de gestão de OAU, compreendendo toda e qualquer operação de recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação de OAU” – e tem que preencher os requisitos exigidos pelo diploma referido – sendo que, partimos do princípio que a Braval cumpre todos os requisitos.

2 — O operador responsável pela recolha/transporte de óleos usados fica obrigado, aquando da recolha junto do produtor de óleos usados, a respeitar o procedimento de amostragem previsto no artigo 21º

3 — As normas aplicáveis à recolha/transporte de óleos usados serão definidas através de portaria com junta dos Ministros das Obras Públicas, Transportes e Habitação e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

Artigo 17º

Armazenagem

1 — As operações de armazenagem de óleos usados só podem ser realizadas por entidades autorizadas para o efeito, nos termos do disposto no artigo 15º

2 — As normas aplicáveis à armazenagem de óleos usados serão definidas através de portaria do Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

Artigo 18º

Tratamento

1 — As operações de tratamento de óleos usados só podem ser realizadas por entidades autorizadas para o efeito, nos termos do disposto no artigo 15º

2 — Os operadores de tratamento dos óleos usados ficam obrigados a respeitar as especificações técnicas referidas no nº 1 do artigo 13º e o procedimento de amostragem e análise previsto no artigo 21º

- Ora, a Braval vem solicitar o envio de deliberação do órgão competente, através da qual se procede à transferência da responsabilidade da recolha de OUA do Município para a Braval (recolha que efetua desde 2008).

Tal transferência está prevista no artigo 7º do Decreto —Lei nº 153/2003 de 11 de Julho:

Artigo 7.º

Rede de recolha seletiva municipal

1 - Os municípios são responsáveis pela recolha dos OAU, no caso de se tratar de resíduos urbanos cuja produção diária não exceda 1100 l por produtor.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, os municípios ou as entidades às quais estes tenham transmitido² a responsabilidade pela gestão dos OAU promovem e gerem redes de recolha seletiva municipal de OAU.

A competência para a autorização desta transferência é da **Assembleia Municipal**, nos termos da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro – artigo 25º, nº 1, alínea k.

Pelo que o processo deve então seguir para reunião de câmara, conforme proposto pelo Sr. Vereador, para aprovação, por forma a prosseguir para a Assembleia Municipal.

À consideração superior,



Elisa Cunha Coelho

P/
Despacho Chefe da Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso

*Concedido
C. Almeida
8/11/2012*

² Sem qualquer custo ou contrapartida por parte do Município.



BRAGA

Despacho Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva

Despacho Vereador da Câmara Municipal, no uso de competência delegada, por despacho do Presidente de 28/10/13

Despacho Vice-Presidente da Câmara Municipal de Braga

Despacho Presidente da Câmara Municipal de Braga

A' reunião do
Executivo Municipal
4 - 10 - 2014
08 Abril 2014

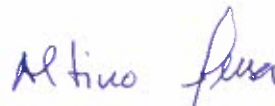
Proposta **“Óleos Alimentares Usados”**

Ex.mo Sr. Presidente

Um resíduo que cria sérios problemas, quando lançado na rede de saneamento, são os óleos alimentares usados (OAU) mas que, quando devidamente recolhidos e encaminhados, passam a constituir um recurso, nomeadamente para produção de biodiesel. Assim, o Dr. Pedro Machado remeteu à CMB uma solicitação no sentido de ser feita a transferência de responsabilidade de recolha de OAU do município para a Braval (de que junto documentação).

Se após leitura e análise, concordar, envie, por favor, para Reunião de Câmara para aprovação de forma a prosseguir para Assembleia Municipal.

O Vereador do Ambiente



Eng. Altino Bessa

25 de julho de 2017

À ASZC,
Enc. inf. m. c.

17.07.26



07-07-2017

Balcão Único

Registro de entrada n.º 6020/1783/2017

Encaminhado para o serviço S. V. 21.

ALT. no Besser

**EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA
DR. RICARDO RIO
PRAÇA DO MUNICÍPIO
4704 - 514 BRAGA**

REF. #: 106/17

DATA: 3 DE JULHO DE 2017

ASSUNTO: Recolha de óleos alimentares usados (OAU) - URGENTE

Exmo. Senhor Acionista,

Em 2006, a BRAVAL concebeu projeto “Óleo +: Recolha e Valorização de Óleos Alimentares Usados”, que visou a recolha de OAU, porta-a-porta, e posterior valorização através da produção de biodiesel. Desde início, o projeto sempre teve como objetivo primordial a vertente ambiental, designadamente evitando a descarga deste resíduo nos esgotos, com todos os problemas associados a este fenómeno, quer nas linhas de águas residuais, quer nas ETAR municipais. Para tal, o compromisso assumido foi o da recolha porta-a-porta, quer em clientes domésticos, quer no sector HORECA, através da distribuição de recipientes vazios, entregues contra entrega do recipiente cheio, cuja recolha é efetuada após pedido para linha telefónica gratuita.

Fruto da sua excelência ambiental, em janeiro de 2007 o projeto mereceu financiamento comunitário, ao abrigo do programa “Operação Norte” (Medida 3.16 – Programa Operacional da Região Norte, com comparticipação de 75% do FEDER.

É neste enquadramento que, desde 2008, a BRAVAL efetua a recolha de OAU nos seis concelhos da área do Sistema Multimunicipal, designadamente Amares, Braga, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Vila Verde, sendo que esta recolha sempre foi inserida no Orçamento e Plano Tarifário, aprovado pela ERSAR.

Após 2009, com a entrada em vigor do Regime Jurídico da Gestão de Óleos Alimentares Usados (Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29/set) os seis Municípios do Sistema transmitiram, no âmbito do Regime Jurídico, a responsabilidade da gestão da recolha seletiva dos OAU provenientes de produtores urbanos com produções diárias inferiores a 1100 litros.

Assim, somos a solicitar a V. Exa, com a maior urgência, o **envio de deliberação do órgão municipal competente, através da qual se procede à transferência da responsabilidade de recolha de OAU do município para a BRAVAL**, conforme solicitado pelo Sr. Secretário de Estado.

Com os melhores cumprimentos,

Pedro Machado
Diretor Geral Executivo

Anexos: Despacho da Secretaria de Estado do Ambiente
Declaração do Município de Braga